

Boletim

Auditoria Cidadã da Dívida

Coordenação da “Auditoria Cidadã da Dívida” – nº 1 – 1º de maio de 2002



Primeiro Boletim

Este é o primeiro boletim da Campanha Auditoria Cidadã da Dívida, que irá realizar um acompanhamento sistemático das questões que envolvem o processo de endividamento brasileiro. No momento em que a condução da política econômica nacional chega a um beco sem saída, com a dívida pública impagável, esta publicação procurará mostrar, dia a dia, a inexorabilidade de uma auditoria das dívidas interna e externa brasileira.

Veja neste número

O surgimento das dívidas interna e externa

Neste primeiro número, não poderíamos deixar de fazer um histórico da evolução do processo de endividamento brasileiro, tanto interno como externo (pág 4)

Porque rejeitar a ALCA agora

A ALCA representa o estágio terminal da dependência brasileira aos credores. Veja por que. (pág 11)

FMI propõe novas formas de se reestruturar as dívidas dos países do 3º Mundo

Em novembro de 2001, dirigentes do FMI e do Tesouro americano começam a defender as renegociações da dívida externa sob os moldes de uma concordata de uma empresa. O artigo discute como seria isto na prática, e como isto ameaça a soberania dos países em desenvolvimento (pág 8)

E mais:

- Veja quanto o governo já pagou de juros neste ano, e quanto a dívida (não) diminuiu por causa disto (pág 2)

- A Rússia obtém perdão de sua dívida externa, enquanto isto, o Sr. Pedro Malan... (pág 13)

- O lucro extraordinário dos bancos em 2001: seria mesmo o povo brasileiro o maior prejudicado por um eventual calote da dívida, como diz o governo? (pág 13)

Para o FMI, a saída para o problema do endividamento é abrir ainda mais a economia

Será? O artigo desmistifica a idéia neoliberal de que a abertura comercial e a entrada de capital externo são as soluções para o crescimento sustentado dos países do 3º Mundo (pág 9)

Elaboração

Rodrigo Vieira de Ávila

Economista – Auditoria Cidadã da Dívida

Números da Dívida

A Dívida Mobiliária Federal Interna (DMFi) em Março/2002 alcançou a cifra de R\$ 626,32 bilhões, pouco mais que em dez/2001 (R\$ 624,1 bi). Para apenas manter a dívida estável nestes 3 meses, o Governo Federal teve de obter, somente em janeiro e fevereiro deste ano, um superávit primário (isto é, o desvio de recursos do orçamento para o pagamento de juros) de R\$ 8,235 bilhões. Estes 8,2 bilhões de juros pagos - com dinheiro vivo do orçamento - somente nestes 2 primeiros meses do ano significam tudo que o governo gastou em 2001 com os Ministérios do Desenvolvimento Agrário, Meio Ambiente, Cultura e Minas e Energia somados.

Até o mês de fevereiro, os gastos com juros das dívidas externa e interna representam mais que a soma de todos os outros itens selecionados, tanto no que se refere ao montante previsto para o ano, como também ao já realizado até fevereiro (ver tabela abaixo). Além disto, o percentual já gasto até fevereiro do montante previsto para o ano com os juros da dívida é ligeiramente maior que na soma dos outros itens, e maior que o percentual já gasto em Reforma Agrária (aonde foram liquidados apenas 2,18% do previsto para o ano), Saúde (7,44%), Cultura (4,53%), Ciência e Tecnologia (6,07%), Agricultura (5,05%), Urbanismo (0,01%), Habitação e Saneamento (nestes 2 últimos itens nada foi gasto). O que vem a confirmar a opção do governo pelo pagamento da dívida financeira, em detrimento da social.

JANEIRO A FEVEREIRO DE 2002
GOVERNO FEDERAL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Orçamento (itens selecionados)	Previsto (R\$ mil) (Dotação Anual)	Realizado (R\$ mil) até Fevereiro (Valores Liquidados)	Liquidado (%)
Segurança Pública	1.943.035	202.587	10,43
Assistência Social	6.419.536	758.157	11,81
Saúde	25.885.810	1.925.257	7,44
Educação	14.234.556	1.372.770	9,64
Cultura	358.681	16.242	4,53
Urbanismo	795.536	53	0,01
Habitação	224.895	0	0,00
Saneamento	248.984	0	0,00
Gestão Ambiental	2.790.418	223.532	8,01
Ciência e Tecnologia	2.013.536	122.256	6,07
Agricultura	8.794.236	444.363	5,05
Organização Agrária	1.561.023	34.009	2,18
Sub-total	65.270.246	5.099.226	7,81
Serviço da Dívida Interna	84.413.418	7.063.191	8,37
Serviço da Dívida Externa	28.902.964	2.554.579	8,84

Fonte: Relatório resumido da execução orçamentária do Governo Federal e outros demonstrativos, Fevereiro de 2002, pág 12. Disponível no site: www.fazenda.stn.gov.br

Até fevereiro foram pagos como amortização da DPMFi R\$ 43,4 bilhões. Porém, pelo fato do governo não dispor de recursos nem mesmo para o pagamento dos juros desta dívida, ele a amortiza com a venda de mais títulos, o que é chamado de “rolagem da dívida”. Se, por um lado, isto significa que o governo não está retirando recursos do orçamento para pagar o principal da dívida, por outro, este fato revela que a dívida é, simplesmente, impagável.

Já a dívida externa atingiu em janeiro deste ano (segundo a última estimativa feita pelo governo, em 24 de abril) a cifra de US\$ 209,5 bilhões. Apesar desta dívida ser preponderantemente privada, as grandes remessas líquidas de juros para o exterior dela decorrentes (de US\$ 1,094 bilhões somente em janeiro) consomem US\$ 15 bilhões por ano de divisas em moeda estrangeira, árduamente conseguidas pelo país às custas de políticas nocivas como o aumento das taxas de juros internas, e exportações de produtos primários (que prejudicam o direcionamento da agricultura brasileira para o atendimento do mercado interno).

No atual balanço de pagamentos brasileiro, tais US\$ 15 bilhões representam menos que a entrada de investimento estrangeiro direto (IED), de R\$ 20 bilhões, o que poderia dar a falsa impressão de que a dívida externa é administrável, como diz o governo. Porém, tal IED não seria propriamente um investimento, mas, preponderantemente, a desnacionalização da estrutura produtiva brasileira, isto é, apenas a compra, por empresas estrangeiras, de setores produtivos já instalados no país (ou mesmo o financiamento da compra de títulos públicos por estas empresas, como ocorre crescentemente na era da financeirização da riqueza). O que determina que as remessas de lucro para o exterior cresçam, representando atualmente cerca de US\$ 5 bilhões anuais (contra menos de 1 bilhão antes do governo FHC).

Isto é, a vinda do IED para o país apenas cobre a remessa de lucros e os juros da dívida externa, o que, em um contexto no qual a nossa balança comercial ainda não representa grandes saldos (ano passado apresentou pequeno superávit, de US\$ 2,6 bi), nos obrigará, para pagarmos apenas os juros desta dívida, a vender a nossa estrutura produtiva indefinidamente, até o ponto em que não nos reste mais nada, a não ser o nosso território. E se quisermos pagar o principal, teremos de transformar toda a nossa agricultura em uma *plantation* de soja.



A Dívida Externa

A dívida externa atual começa a ganhar formas mais visíveis a partir do regime militar, antes do qual ela se resumia a apenas US\$ 2,5 bilhões. Na realização do chamado “Milagre Econômico” do governo Médici (1969-73), ela passa para US\$ 13,8 bilhões e, para o financiamento do II Plano Nacional de Desenvolvimento (que completou a “industrialização pesada” brasileira), ocorrido na gestão de Geisel (1974-79), ela seria aumentada para US\$ 52,8 bilhões.

Devido ao primeiro choque do petróleo (em 1973), que triplicou os preços e aumentou consideravelmente a renda dos países exportadores deste produto, havia um excesso de petrodólares depositados nos bancos europeus, permitindo assim a oferta de capitais a custo baixo. Disto o governo brasileiro se aproveitou para concluir a industrialização do país, através do II PND. Porém, um pequeno detalhe passara despercebido pelos militares brasileiros: tais empréstimos tinham sido negociados a juros flutuantes.

Com o segundo choque do petróleo, em 1979, os preços desta matéria-prima foram novamente triplicados e, para atenuar os efeitos inflacionários desta alta, o governo americano aumentou a taxa de juros para empréstimos bancários de 5,7% para 18,8% ao ano, entre 1975 e 1984. Como resultado, o Brasil passa de receptor para exportador de capitais, com o pagamento do serviço da dívida.

Tamanho reversão no quadro internacional foi acentuada por vários eventos ocorridos em 1982, em especial pelo pedido de moratória do México, que fez cessar o fluxo de financiamentos para o Brasil. Isto nos levou a recorrer ao Fundo Monetário Internacional, que nos concedeu empréstimos condicionados à sempre recomendada adoção das políticas anti-sociais, como o arrocho salarial e liberalização dos mercados (de bens e financeiros), o que viria a abrir as portas para o neoliberalismo dos anos 90.

No governo Figueiredo (1979-85), o país remete ao exterior US\$ 21 bilhões a mais do que recebe, quantia esta conseguida às custas de um esforço exportador que nos trouxe a recessão e o arrocho salarial da “década perdida”. Estas medidas nocivas visaram a contração da demanda interna, estimulando

assim a destinação da produção nacional para o mercado externo. Tal ajuste também trouxe a inflação característica daquela década, à medida que, para favorecer a competitividade dos produtos brasileiros, necessitava de constantes desvalorizações cambiais.

Apesar de todo este esforço, e de termos nos tornado “exportador de capitais” no governo Figueiredo, neste período a dívida externa brasileira quase dobra, passando de US\$ 55,8 para US\$ 105,2 bilhões em 1985. O que viria a nos forçar uma moratória em 1987, por absoluta falta de reservas cambiais. A partir dali, seria feita uma série de negociações entre o governo brasileiro e os bancos credores, que devolveria ao Brasil o “mérito” de ser conhecido como um país bom pagador. Em 1994, outra reestruturação da dívida seria feita, envolvendo cerca de um terço do seu montante. Tal ajuste seria feito à luz da “iniciativa Brady”, lançada pelo secretário do Tesouro Norte-americano em 1989, e também consistiria no reconhecimento de dívidas anteriores não pagas, que passariam agora a ser “honradas” integralmente.

Porém, uma nova reviravolta era observada no cenário externo, com a retomada dos fluxos de capital estrangeiro no início da década de 90. O que fez vários apontarem o “fim do problema da dívida externa”. Para atrair estes capitais, o governo aumentou a taxa de juros interna paga a eles, que nos possibilitaram o pagamento do serviço da dívida a partir deste período. No entanto, além do fato de que isto não fez o estoque da dívida diminuir (ela passara de US\$ 123,9 bilhões em 1991 para US\$ 148,3 bilhões em 1994), esta capacidade de pagamento era apenas ilusória, pois se compunha, preponderantemente, de capitais de curto prazo que, como antes, poderiam sair do país caso ocorresse uma nova reversão da conjuntura internacional.

A partir de 1995, a intensificação da abertura comercial nos deixa ainda mais dependentes da entrada de capitais externos, agora não apenas para pagarmos a dívida, mas para podermos importar mercadorias do exterior. Há também, a partir deste momento, a desnacionalização da estrutura produtiva brasileira que, se de um lado, proporciona a entrada de capital externo para a compra de

empresas nacionais, por outro, implica na excessiva importação de componentes (deteriorando ainda mais a balança comercial) e na remessa de lucros. Apesar do fluxo de investimentos diretos estrangeiros ter saído do patamar médio de menos de US\$ 1 bilhão por ano na primeira metade da década para mais de US\$ 20 bilhões na segunda metade, a balança de comércio passou de um superávit de mais de US\$ 10 bilhões para um déficit de US\$ 5 bi, e as remessas de lucros para o exterior, que antes eram de US\$ 1 bi passam para US\$ 5 bi. Em suma: vendemos o país em troca de 4 anos de importações.

Até 1997, nossas reservas em moeda estrangeira eram suficientes, porém eram mantidas preponderantemente pela vinda de capitais estrangeiros especulativos. E com as crises asiática (1997) e russa (1998), a conjuntura internacional mudou novamente. Os capitais - como sempre - fugiram e tivemos de recorrer novamente ao FMI no final de 1998. Como sempre, mais recomendações anti-sociais, recessão e desemprego.

Em 1999, a dívida externa brasileira era de US\$ 241,2 bilhões, com uma novidade: agora ela é preponderantemente privada (esta parcela da dívida passa de US\$ 55,1 bi para 141,2 bi somente de 1993 a 1999, representando 58,54% da dívida externa total neste último ano). Tal discrepância entre a taxa de juros doméstica e internacional estimulou as empresas nacionais a tomarem dinheiro emprestado no exterior para, além de investir na produção, também aplicar em títulos da dívida interna do governo (que pagavam bem mais que os juros internacionais). O que, além de obrigar o país a fazer um esforço extra para pagar juros ao exterior, com a já conhecida política recessiva de juros altos, gera o nocivo aumento da dívida pública interna, como será visto no próximo artigo.

Atualmente, o déficit na balança comercial foi zerado, porém, isto é anulado pelo aumento dos juros da dívida externa para US\$ 15 bi. O que nos obrigará a adotarmos para sempre o infeliz *slogan* do governo: “exportar ou morrer”, com todas as políticas anti-sociais subjacentes.

Tamanho pagamento de juros para o exterior, além de se dever ao referido aumento das taxas de juros internacionais na virada da década de 70/90, e ao aumento sem precedentes do endividamento externo da última década, se deve também à cobertura, pelo governo, do chamado “risco Brasil”, que é o adicional cobrado pelos nossos credores quando estes nos fazem empréstimos. Tal adicional representa a maior parte dos encargos que pagamos ao exterior, e é justificado pelo fato de que os nossos emprestadores têm de compensar o risco de uma possível moratória do governo brasileiro. Porém, dado o histórico comprometimento total do governo brasileiro com o pagamento desta dívida – sendo que, nos únicos momentos em que este não pôde pagar, o FMI ajudou o país a pagar os credores – a existência deste “risco-país” somente pode ser justificada por uma estratégia de espoliação permanente realizada com sucesso pelos investidores internacionais.

Em suma: desde o período militar, a dívida adquiriu dimensões impagáveis, e não parou de crescer até hoje, mesmo com pagamentos anuais de juros da ordem de US\$ 10 bi desde os anos 80, chegando a US\$ 15 bi em 1999. Visto que, desta forma, a dívida já teria sido há muito tempo paga, mesmo com taxas de juros abusivas, e dado que ela foi contraída a juros flutuantes por governos militares, a necessidade de uma auditoria nesta dívida se torna clara.



A Dívida Interna

Em dezembro de 1994, a dívida mobiliária federal interna (DMFi) era de R\$ 77,6 bilhões. Um ano depois, ela já chegava a R\$ 118,49 bi (18,8% do PIB) e em dez/96, a R\$ 176,21 bi (22,7 % do PIB). (todos os dados a valores de Dez/96).

Segundo o Banco Central, tal variação estava associada, preponderantemente, à “redução da liquidez derivada da atração de moeda estrangeira”. Isto é, a atração de capitais estrangeiros (descrita no item anterior) implica na concessão de reais para os detentores destes capitais, para estes, aqui no país, realizarem investimentos, boa parte destes direcionados para a aquisição de títulos da dívida interna, que rende muito mais juros do que as aplicações internacionais. Porém, a parcela de reais não direcionados à aquisição destes papéis gera um aumento na quantidade de moeda circulando na economia, o que pode causar inflação, segundo o governo. Então, este recolhe esta quantia através da emissão de mais títulos, causando assim o aumento da dívida. Além disto, o governo aponta como causas deste aumento a incorporação de “esqueletos” de governos anteriores, isto é, dívidas não reconhecidas do passado.



Um ano depois, em dez/97, o montante da DMFi era de R\$ 255,5 bilhões em valores correntes (28,6% do PIB), e agora a explicação para o fenômeno era a incorporação da dívida do Estado de São Paulo, de R\$ 56,7 bilhões, e mais “esqueletos retirados do armário”. Um ano

depois, em dez/98, a dívida estava em R\$ 324,0 (35,5% do PIB), isto é, um aumento de mais 70 bilhões. Agora, a renegociação das dívidas dos estados foi responsável por apenas R\$ 36,62 bilhões deste aumento.

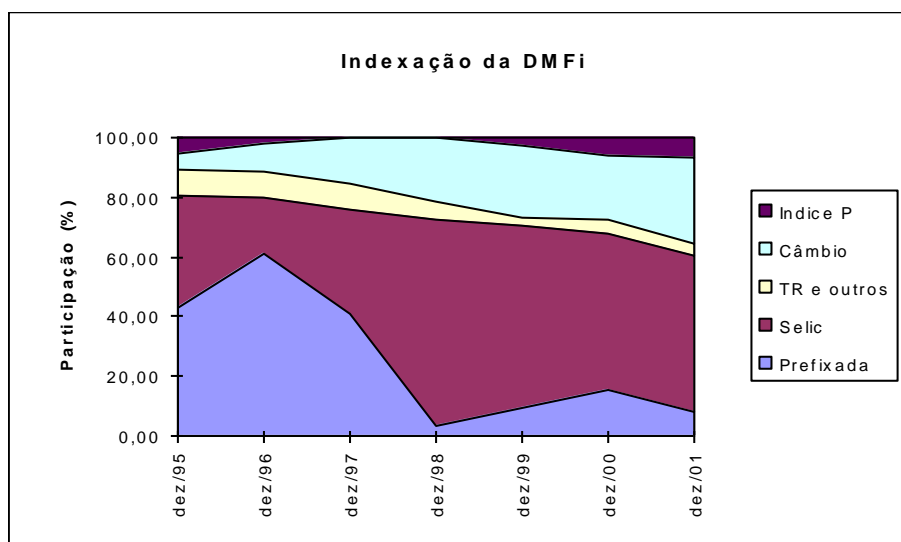
Em dez/99, a DMFi era de R\$ 415 bilhões (39,7% do PIB), ou seja, um aumento de mais 90 bilhões, com a assunção de dívidas dos estados de R\$ 30 bi. Um ano depois, ela estava em R\$ 516,10 (45,2% do PIB), um crescimento de R\$ 101 bi, também ajudado por mais dívidas assumidas pela esfera federal (agora a dívida agrícola, de 26,7 bi).

Em dez/2001, a DMFi estava em R\$ 624,1 bi, e o aumento de 108 bi no ano era atribuído em parte ao Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais (R\$ 33,5 bi) e à emissão de títulos com variação cambial (28,7 bi), devido à crise argentina.

Em suma: a dívida aumentou de R\$ 77,6 bi para R\$ 624,1 bi durante o mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso. Se reajustarmos estes 77,6 bi para preços de dezembro de 2001 (pelo INPC/IBGE), teríamos o valor de R\$ 106,874 bi. Subtraindo este valor dos R\$ 624 bi devidos em dez/2001, temos um aumento real de R\$ 517,2 bilhões. O que causou este aumento?

Adotando-se os dados do próprio governo, desde 1994 até fev/2001 já foram “retirados do armário” R\$ 130 bilhões de “esqueletos”, e assumidos R\$ 100 bilhões de dívidas dos estados, o que dá uma variação de R\$ 230 bi. E os restantes R\$ 287,2 bi do aumento da dívida, de onde vieram? E os mais de R\$ 150 bi de dinheiro vivo desviados do orçamento federal para pagar juros neste período? De que serviram, se a dívida só aumentou?

Para entendermos isto, primeiramente, temos de conhecer os diversos indexadores que determinaram o aumento do principal da dívida nestes anos, de acordo com o gráfico abaixo.



Fonte: Relatórios Anuais do Banco Central

Em dez/96, quando a DMFi ainda estava em R\$ 176,21 bi, a maior parte dela era indexada à taxa de juros pré-fixada. Porém, a partir das crises da Ásia e Rússia (1997 e 1998), os investidores antecipam a incapacidade que o governo teria de pagar os seus compromissos e exigem taxas de juros não só maiores, como também pós fixadas (com seus títulos sendo reajustados automaticamente a cada aumento da Selic feito pelo Banco Central). Outro tipo de título que começou a ser demandado a partir dali foi o indexado à variação cambial, cuja participação no total da dívida subiu de 5,3% (no final de 95) para 28,6%, nos dias atuais. Este título protege os investidores contra desvalorizações cambiais, que começaram a ficar bastante prováveis – e reais - no Brasil a partir das crises financeiras internacionais.

Como resultado, os principais indexadores da dívida a partir de 1998 passavam a ser a taxa Selic corrente, e a variação cambial. Como estas duas se mostraram excessivamente altas até os dias de hoje, a dívida explodiu. Maxidesvalorizando o real, e levando a Selic a até 40% em alguns casos, como na crise da Ásia, Rússia, e na própria crise do Real, o governo transformou a máquina pública em um trem pagador do sistema financeiro, enquanto o ministro Malan tenta desviar a atenção, repetindo

que “estamos retirando os esqueletos do armário”.

Todo ano, são desviados do orçamento federal cerca de R\$ 20 bilhões (o chamado superávit primário) para o pagamento de juros, fora os juros que, pelo fato do governo não poder pagar com dinheiro vivo, têm de ser pagos com a emissão de mais títulos, aumentando, assim, a dívida.

Se formos fazer um rápido exercício, se considerarmos aqueles R\$ 287,2 bi de aumento na dívida (de 95 a 2001) devido aos juros incorporados, mais os cerca de R\$ 150 bi gastos de dinheiro vivo do orçamento com juros durante o mandato de FHC, temos o valor estratosférico de R\$ 437,2 bilhões de reais, que é o verdadeiro custo da política econômica deste governo, e que se aplicado de outra forma, poderia construir um novo Brasil.

Nota: os dados acerca da DPMFi foram retirados dos Relatórios Anuais do Banco Central. Os referentes ao pagamento de juros desta dívida foram retirados da Revista Conjuntura Econômica (Março de 2002, pág X). E os referentes ao montante de “esqueletos” assumidos pelo Governo Federal constam na coluna de José Paulo Kupfer, na Gazeta Mercantil (de 27 de Março de 2002, pág A-3).

A nova proposta do FMI para a reestruturação das dívidas dos países em desenvolvimento

A crise argentina está rendendo novas propostas de reestruturação da dívida do 3º Mundo. A proposta de uma “Concordata Soberana”, inicialmente proposta pelo economista americano Barry Eichengreen, em 1995, após a crise do México, foi novamente defendida, em novembro de 2001, pelo ministro das finanças canadense Paul Martin, na reunião do grupo dos 20, em Ottawa. Alguns dias depois, a vice diretora do FMI, Anne Krueger, fez a mesma proposta, apoiada também pelo secretário do Tesouro dos Estados Unidos, Paul O'Neill, que não quer mais gastar dinheiro socorrendo países endividados.

Segundo esta proposta, o processo de reestruturação das dívidas se tornaria um processo semelhante às concordatas de empresas privadas, isto é, os credores decidiriam, em conjunto, como a dívida seria paga – inclusive com poderes para impor políticas de ajuste sobre os países devedores – e, em caso de discordância com estes últimos, um juiz decidiria em que termos a dívida seria negociada. E é aí que aparece o problema, pois, neste caso, a arbitragem por um tribunal internacional poderia definir resoluções superiores à própria soberania dos países.

O assunto vem rendendo uma série de publicações do FMI e do Tesouro norte-americano, entre elas a “Sovereign Debt Restructuring: A U.S. Perspective” (de John Taylor, do governo americano), a “Sovereign Bankruptcy Reorganization: a Survey” (de Jeromin Zettelmeyer e Kenneth Rogoff, do FMI, que analisa os prós e contras da idéia nos últimos 20 anos), e a principal delas, “A New Approach to Sovereign Debt Restructuring” de Anne Krueger, publicado em abril no site www.imf.org. A idéia vem avançando rapidamente entre os mandatários do planeta, uma vez que, neste mês, ela foi defendida pelo diretor gerente do Fundo, Horst Köhler, e adotada pelo G-7 no seu plano para reestruturação das dívidas externas.

Apesar de Krueger argumentar que tal juiz deveria agir com independência em relação aos países envolvidos e até mesmo em relação ao FMI, não podemos deixar de temer que isto possa gerar situações absurdas, como já ocorrido algumas vezes. Por exemplo, tribunais americanos já chegaram a dar ganho de causa a credores que processaram países por terem alterado cláusulas de renegociação de dívidas, e em 2000, um juiz norte-americano determinou o sequestro de bens do patrimônio estatal do Peru (sedes de embaixada, aeronaves, por exemplo) como indenização por títulos vencidos. Por

outro lado, será que países como os Estados Unidos aceitariam ter sua soberania violada, por exemplo, quando romperam o Acordo de Bretton Woods, em 1972, emitindo mais dólares do que a quantidade de ouro correspondente, e assim, na prática, decretando a moratória de sua dívida externa? Será que eles aceitariam, por exemplo, entregar seus bens estatais, como suas embaixadas, ou seus aviões (principalmente militares...)?

É verdade que, no texto, Krueger afirma que sua idéia, por defender o acordo entre os credores acerca do recebimento dos atrasados, iria evitar que o episódio do Peru se repetisse, por este ter sido motivado por apenas um credor individualmente. Porém, quem garantiria que, em uma eventual discussão sobre a dívida externa brasileira, os banqueiros internacionais não entrariam em acordo pedindo cada qual uma parte da Amazônia como pagamento?

Este temor é reforçado pelo fato de, neste mesmo texto, a autora elogiar os Comitês de Credores ocorridos nos anos 80 (que poderiam servir como uma atual alternativa de reestruturação das dívidas externas) que, na verdade, ao invés de terem permitido uma discussão equilibrada entre os credores e devedores, na realidade, significaram um domínio absoluto dos primeiros sobre estes últimos.

Por mais polêmica que seja a idéia da Concordata Soberana, algumas entidades se mostraram favoráveis à idéia, como a Cooperação pelo Desenvolvimento e Solidariedade (CIDSE, na sigla em inglês). Porém, o argumento que esta entidade utiliza para apoiar a instituição de tais tribunais de arbitragem é um tiro pela culatra. Segundo a CIDSE, tais tribunais são comuns, e ocorrem frequentemente, como por exemplo, na forma dos *panels* da OMC e das Cláusulas de Dívida do Clube de Paris!

Para um maior aprofundamento, ver:

KRUEGER, Anne (2002). A New Approach to Sovereign Debt Restructuring. Disponível no site www.imf.org.

BATISTA Jr., Paulo Nogueira (2002). O jogo bruto da dívida externa. Folha de São Paulo, 04/04/2002, p. B-2

PRADO, Maria Clara (2002). Pode um país falir? Gazeta Mercantil, 04/04/2002, p. A-3.

MING, Celso (2002). Concordata Soberana. O Estado de S. Paulo, 01/02/2002.

Para o FMI, a saída para a crise da dívida do Brasil e da Argentina é mais abertura comercial

Em um ensaio publicado em seu relatório “Panorama Econômico Mundial”, o FMI sustenta que as crises econômicas ocorridas na América Latina, notadamente no Brasil e na Argentina, são produto da baixa abertura comercial destes países, acompanhada de altos níveis de endividamento. Ao passo que o extremo oriente e mesmo outros países latino-americanos, como o México e o Chile, abriram suas economias e assim fizeram progressos notáveis.

Bem, em primeiro lugar é importante ressaltar o fato de que o FMI reconhece que estamos em crise de endividamento, ao lado de nosso país vizinho, apesar de estarmos obedecendo totalmente às suas orientações. Em segundo lugar, o Fundo se esquece de que o México foi atingido por uma séria crise financeira em 1994, exatamente por ter obedecido a estas mesmas recomendações, e de que o Chile adotou uma política de controle de capitais financeiros (impondo-os a “quarentena”, impedindo que estes saiam do país quando quiserem), política esta sempre criticada pelo Fundo, e que livrou este país das crises.

Sobre os países asiáticos, conforme diz o FMI e Gustavo Franco, em seu livro “O Desafio Brasileiro”, eles abriram a sua economia, receberam altos fluxos de capital externo e, como resultado, obtiveram altos níveis de crescimento econômico, e um excelente desempenho exportador, o que os livrou da recessão dos anos 80 e das crises atuais. Ainda segundo os argumentos neoliberais, a América Latina se fechou nos anos 80, e ainda hoje possui índices de abertura econômica muito inferiores aos apresentados pelos países asiáticos, e por isto teve um desempenho econômico medíocre desde aqueles anos.

Pelo fato deste argumento ser repetido interminavelmente até mesmo no meio acadêmico, torna-se fundamental lembrarmos alguns fatos ocorridos na década de 80 que determinaram as diferenças estruturais entre a América Latina e os “Tigres Asiáticos”. Assim como os países latinos, os asiáticos também contraíram pesados financiamentos na década de 70, e até o início da década de 80, não haviam

diferenças significativas entre o desempenho econômico e exportador destas duas regiões. Com a crise da dívida, os países latinos experimentaram uma descontinuidade no seu desenvolvimento, ao passo que os asiáticos não sofreram restrições das instituições financeiras internacionais. Ao mesmo tempo, enquanto os primeiros enfrentaram a redução dos seus mercados exportadores devido à recessão mundial daquela década, os últimos continuaram com mercados garantidos nos países da OCDE, principalmente os EUA, que evitaram, assim, problemas de balanço de pagamentos nestes países.

Mas qual seria a causa deste tratamento diferenciado dos EUA para com a América Latina e a Ásia? A resposta para esta pergunta apenas pode ser achada quando consideramos aspectos geo-políticos daquele momento, quando a União Soviética ainda ameaçava o Ocidente, e era interessante para os EUA funcionar como uma locomotiva da economia asiática, assim como o fez na Europa, após a II Guerra, com o Plano Marshall.

Além do mais, naquela década, o Japão, com uma política cambial desfavorável, transfere seu drive exportador para outras economias asiáticas, o que atenuaria ainda mais o problema da dívida destes países, com a entrada de capital estrangeiro. Este fato é muitas vezes utilizado pelos neoliberais para generalizarem a idéia de que a entrada de capital estrangeiro promove naturalmente as exportações.

Enquanto isto, países latino-americanos como o Brasil enfrentariam sérios problemas em seus balanços de pagamentos, já que o aumento dos encargos de suas dívidas implicariam em queda abrupta das reservas cambiais e, por conseguinte da capacidade importadora. Assim sendo, nada mais restava a estas economias a não ser desvalorizar as moedas - no sentido de exportar mais - e contrair a demanda interna, minimizando, assim, as necessidades de importação. Problemas estes não observados nos países asiáticos, devido à dinâmica dos investimentos estrangeiros descrita acima, com o não rompimento dos fluxos de financiamento dos bancos com estas economias, e a

manutenção de mercados nos EUA e demais países da OCDE.

Ainda, os EUA desenvolvem uma política de recuperação de mercados nos países da América Latina, o que transforma a região de superavitária frente aos EUA, para deficitária em suas relações comerciais com aquele país. Nos anos 90, com uma política de sobrevalorização cambial e redução de tarifas, há um forte aumento no coeficiente de importações, principalmente no caso do Brasil, México e Argentina. Na indústria brasileira, por exemplo, houve um aumento de quase 4 vezes em tal coeficiente, no período de 1989 a 1996, sem que o coeficiente de exportações tenha se alterado significativamente.

Ao contrário da economia coreana, que se utilizou da abundância de financiamento externo nos anos 90 para o fortalecimento dos grupos nacionais (Coutinho, 1999), o Brasil destinou este fluxo de capital para a desnacionalização de seu parque industrial e produtivo, processo este intensificado por altas taxas de juros internas, sobrevalorização cambial e abertura comercial, em conjunto com

um processo de privatizações que não buscou a capacitação tecnológica do país. O que levaria o Brasil - conjuntamente com alguns vizinhos seus latino-americanos - a, diferentemente dos países asiáticos, basear suas exportações em setores pouco dinâmicos, como o de commodities, o que favorece ainda mais a deterioração dos termos de troca das economias latino-americanas.

O que questiona seriamente a visão dominante segundo a qual a abertura comercial pura e simples, com a mera vinda de investimento direto estrangeiro seria capaz, por si só, de resolver o problema do endividamento, proporcionando crescimento econômico, articulado com exportações.

Para um maior aprofundamento, ver:

MEDEIROS, C. (1997) Globalização e Inserção Internacional Diferenciada na Ásia e A. Latina. In Tavares, M.C. e Fiori, J.L. Poder e Dinheiro, Vozes.

COUTINHO, L (1999) “Coréia do Sul e Brasil: Paralelos, Sucessos e Desastres” em Fiori, J.L. Estados e Moedas no Desenvolvimento das Nações, Vozes.

Plebiscito já

As razões para rejeitar a ALCA agora

O debate sobre a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) tem sido caracterizado até o momento pela posição crítica de seus opositores, que organizam um Plebiscito sobre o tema este ano, e pela resposta do governo, de que os termos do acordo ainda não estão definidos, e que somente o serão se forem vantajosos ao país. Segundo o governo, há setores em que o Brasil é mais competitivo que os Estados Unidos, como o siderúrgico, agrícola, têxtil, sucro-alcooleiro e calçadista, cujos produtos poderiam, a partir da ALCA, entrar no mercado americano. Outro argumento utilizado pelos governistas é o de que se nós não entrarmos na negociação desta Área de Livre Comércio, os EUA podem fechar acordos com os demais países latino-americanos, ganhando assim os seus mercados, o que nos impedirá de exportar até mesmo para nossos países vizinhos. Em uma visão superficial, estes argumentos oficiais poderiam nos convencer de que a realização este ano de um Plebiscito sobre o tema, além de ser prematuro, não serviria aos objetivos nacionais.

Porém, deixando de lado o fato de que os produtos dos setores apontados como competitivos pelo governo brasileiro possuem valor agregado muito menor que os produtos e serviços que, em troca, entrariam no Brasil devido à ALCA (máquinas e equipamentos, eletro-eletrônicos, químicos, farmacêuticos), e também esquecendo de que, dados os tipos de produtos agrícolas que o governo brasileiro busca inserir no mercado externo, seria a agricultura patronal a mais favorecida (em detrimento da familiar, maior geradora de empregos), uma análise mais acurada dos fatos pode nos mostrar, mesmo antes deste acordo se concluir, que ele será desvantajoso para o Brasil.

Em primeiro lugar, quando o Congresso americano, em dezembro de 2001, concedeu ao presidente George Bush o “*Fast Track*” (isto é, o direito de negociar acordos comerciais com outros países), condicionou esta negociação a não se mexer nos subsídios e na legislação “*anti-dumping*” que atualmente protegem todos estes setores nos quais o Brasil

é mais competitivo. Ora, visto que esta condição feita pelo Congresso americano é permanente (feita antes de qualquer acordo comercial, como reza a legislação do *Fast Track*), é simplesmente absurda a idéia de que o governo brasileiro continue negociando a ALCA.

Em segundo lugar, enquanto o governo diz que a ALCA somente deve ser aceita se for vantajosa por nós, este mesmo governo impede que o acordo seja conhecido e debatido pela sociedade. Ora, se ele não puder ser conhecido, como iríamos decidir por apoiá-lo, mesmo se ele fosse vantajoso? Além do fato de que o Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães foi demitido do Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais do Ministério das Relações Exteriores por suas posições - pessoais, diga-se de passagem - contrárias à ALCA, este é um acordo que originalmente era negociado em segredo, sem a participação de representantes da sociedade. Foi apenas com a pressão da Aliança Social Continental - uma articulação de entidades e sindicatos feita para enfrentar a ALCA - que seus textos foram divulgados recentemente. Pelo conteúdo revelado dos textos do acordo, as nossas perdas com a ALCA não se traduziriam apenas na invasão de produtos e serviços americanos no país (provocando mais desemprego e deterioração do nosso balanço de pagamentos).

Se aprovados como estavam, os textos permitiriam aos capitais estrangeiros retaliarem contra governos que tomem medidas que os prejudiquem, como já ocorre no NAFTA (Acordo de Livre Comércio da América do Norte, formado pelo México, Canadá e Estados Unidos), aonde, por exemplo, uma empresa norte-americana produtora de gasolina com chumbo processou o governo canadense por ter proibido a importação deste tipo de produto, nocivo ao meio ambiente e à saúde. Como resultado, o governo do Canadá não apenas teve de indenizar aquela empresa em US\$ 13 milhões, como também liberar novamente a venda deste combustível no país.



Também constaria no acordo a obrigação de que os governos, ao promoverem licitações para aquisição de produtos e serviços, o façam permitindo a concorrência de empresas estrangeiras, o que impediria o país de promover políticas de apoio à indústria nacional. Um argumento utilizado a favor do governo neste caso é o de que o Brasil poderia também vender para o governo americano, por exemplo. Porém, dada a superioridade das empresas americanas nestes setores, tal argumento é no mínimo ridículo, e a aprovação deste item obviamente levaria a um maior desemprego no país.

O acordo, como estava sendo redigido às escondidas, também garantiria para sempre a livre circulação dos capitais financeiros, medida esta já adotada pelo Presidente FHC quando da implantação do Plano Real. Esta livre movimentação é a responsável pelas crises financeiras que levaram o Brasil e a Argentina à situação atual de extremo endividamento, por terem elevado substancialmente as suas taxas de juros, na vã tentativa de atrair capitais especulativos ao país. Enquanto no Brasil tais taxas de juros levaram o governo a cortar gastos sociais, destinando boa parte do orçamento para o pagamento dos encargos financeiros para os especuladores, a Argentina, por ter também feito este “ajuste fiscal”, teve aprofundado ainda mais um processo de recessão e desemprego, sendo levada a uma situação de absoluta convulsão social no final do ano passado. O que levou o presidente Fernando de La Rúa, por sua

ilusão de poder solucionar a crise sem deixar de se submeter aos seus credores, a entregar seu comando.

Em suma, o texto revelado pela Aliança Social Continental, por propor medidas absolutamente nocivas ao país, nos permite descartá-las antes mesmo que sejam debatidas, por serem, antes de tudo, inegociáveis por qualquer governo que queira garantir sua soberania.

E, por fim, sobre a idéia governista de que se não negociarmos, os EUA vão ficar com os mercados latinos, este não é um argumento que nos faria abandonar a luta contra a ALCA, mas sim, a articulá-la também com nossos países vizinhos, como, aliás, já estamos fazendo. Além do mais, o fato de negociarmos não garantirá que não percamos estes mercados, pois este acordo significará a invasão de produtos norte-americanos em toda a América Latina, decretando, na prática, o fim dos acordos comerciais que temos negociado com estes países, como o Mercosul.

Isto é, todos os argumentos governistas, se analisados mais profundamente, não se sustentam. Mas é com a análise do histórico de perdas nacionais com a liberalização comercial e financeira da década passada, promovida unilateralmente pelo governo FHC - o que já provocou a deterioração das nossas contas externas, gerando a dependência de capitais estrangeiros especulativos e a subsequente alta taxa de juros (que gerou a impagável dívida brasileira) - que somos levados a rejeitar qualquer iniciativa governista de abertura adicional. Dado que este processo gerou o aumento substancial do desemprego, devido aos cortes de gastos sociais, e o aprofundamento do atual quadro recessivo, só nos resta rechaçar de vez este acordo.

Plebiscito já!

Curtas

Lucro dos bancos aumenta 134,22% em 2001

Principalmente por conta dos seus investimentos em títulos indexados à variação cambial, os bancos tiveram lucros espetaculares em 2001, mais que o dobro de 2000. O lucro total, que chegou a R\$ 7,76 bilhões, só não foi maior devido à valorização do real no final do ano passado. Deste lucro total, 53,85% foi ganho apenas pelos cinco maiores bancos privados (Itaú, Bradesco, Santander, Unibanco e ABN Amro). Seria bom avisar ao ministro Malan que o maior afetado por um eventual “calote” da dívida interna, como ele gosta de dizer, não seria propriamente o povo brasileiro. (Fonte: Gazeta Mercantil, 18/03/2002 pág B-1 e 2/4/2002 pág B-1).

Alemanha aceita reduzir dívida da Rússia

Assim como em vários momentos da história - esquecidos pelos economistas do governo – mais um país conseguiu reduzir sua dívida externa junto a seu credor. Desta vez foi a Rússia, que reduziu seu débito junto à Alemanha a menos de um décimo do valor inicialmente pedido pelo governo alemão. A dívida, de 6,4 bilhões de rublos, era cobrada pela Alemanha em dólares à taxa de 1 rublo por dólar, câmbio vigente na época em que o empréstimo foi contraído. Porém, desde o colapso soviético, e com a crise russa de 1998, o rublo perdeu 95% de seu valor face ao dólar. O chanceler alemão então aceitou apenas US\$ 440 milhões de pagamento, que será feito em três anos.

Enquanto isto, o governo brasileiro, ao invés de pleitear a redução de nossa dívida externa por conta da desvalorização do real, continua honrando religiosamente a dívida externa, e ainda cobre, com nosso dinheiro, os prejuízos que os devedores externos privados nacionais tiveram com a desvalorização da nossa moeda. (Fonte: Gazeta Mercantil, 11/04/2002)

“O excessivo endividamento externo deixa o país vulnerável.”

“O Brasil responde por 10% da dívida externa mundial.”

“A relação dívida externa / exportações do Brasil é muito grave”.

“O período FHC teve um salário mínimo menor que os anos anteriores”

“A pobreza aumentou no período FHC”

À primeira vista, estas afirmações parecem infundadas, vindas de “oposicionistas radicais”, com o objetivo de tirar proveito político em um ano eleitoral. Pois é. Desta vez o alerta não veio de nenhuma fonte “suspeita”, mas sim, dos órgãos que ditam a política econômica aplicada pelo governo, ou seja, o FMI e o Bird. Segundo o Fundo, o Brasil possui uma relação dívida externa / exportações de 323%, sendo que, quando esta relação supera os 220%, ela é considerada como “muito grave”. O Fundo utilizou como fonte um estudo do Bird, que também aponta outros sérios problemas no Brasil, como a concentração da renda, a queda do salário mínimo nos últimos anos (o rendimento médio anual dos brasileiros passou de US\$ 1.690, nos anos de 1980 a 84, para US\$ 1.308 no período 1995 – 99), e o aumento da parcela da população que recebe até US\$ 2 por dia (de 17,4% em 1990 para 26,5% em 1998) (Fonte: O Globo, 22/04/2002).